

sobre tudo

EDUCAR PARA QUÊ? PENSAMENTOS SOBRE AUTORITARISMO NA RELAÇÃO PEDAGÓGICA DENTRO DA ESCOLA

Pâmela Cristina dos Santos¹

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educar para quê?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola. 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

O livro **Educar para quê?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola de Reinaldo Matias Fleuri (2001), reeditado pela nona vez, está organizado em seis capítulos. A obra contém dois prefácios, o primeiro escrito por Paulo Freire no ano de 1986 que delicadamente aponta que o autoritarismo presente na relação com o educando não significa deixar de disputar posições fundamentais, mas resignificá-las e pensa-las

¹ Licenciada em Pedagogia e mestranda em Educação pela UFSC. Pesquisadora do Núcleo Vida e Cuidado: Estudos e Pesquisas sobre Violências (NUVIC/UFSC) e do Grupo de Pesquisa Alteritas: Diferença, Arte e Educação. Professora da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina. Contato: s.pamelacristina@gmail.com

democraticamente. O segundo prefácio escrito pelo próprio autor em 1994, faz um resgate das suas experiências e sentimentos pela reedição dos seus escritos.

Os enunciados dos capítulos deslocam os/as leitores/as para refletir aquilo que já está consolidado na educação escolar. Fazendo uso de escrita acessível e partilha de experiências o Professor Reinaldo Fleuri nos faz pequenas provocações acerca das práxis docentes no cotidiano escolar.

No capítulo um nomeado “Planejar pra quê? A saga quixotesca de um professor”, o autor desdobra-se em nos contar suas experiências docentes desde o início da sua carreira. A partir das experiências é que o autor discorre sobre seus entendimentos de que a construção do conhecimento se dá pela troca de experiências no e pelo coletivo. Ainda, dialoga com as incoerências do planejamento que não envolve a relação do professor/a com o grupo. Nesse sentido, o autor nos conta sua primeira experiência de pensar o grupo enquanto sujeitos do conhecimento, as implicações deste entendimento questionam a estrutura organizacional da escola e da prática docente que tende a ser autoritária. Fleuri (2001) brinca com as características do personagem de Miguel de Cervantes para defender as utopias que gestamos no espaço escolar.

No capítulo dois, “Escola pra quê? Rompendo com a repressão” o autor resgata uma memória de quando ministrava aulas para o ciclo básico na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no auge da ditadura militar no Brasil. A partir de uma possível ameaça de bomba alguns alunos foram embora e os que ficaram em sala de aula se dispersavam facilmente, fazendo com que o planejamento da aula não fosse eficaz. O grupo que ficou discutiu as implicações da saída dos colegas e as dificuldades de estar naquele espaço regados por uma ameaça real. A partir de um texto produzido pelo próprio autor cujo objetivo era ser lido para o grupo, Fleuri (2001) discute a relação professor/a –

aluno/a a partir da autoridade institucional depositada no/a professor/a. A escola enquanto instituição faz do conhecimento uma moeda de troca através de ameaças em que o aluno precisa provar que detém do conhecimento aplicado pelo professor, que se torna a ferramenta pela qual o a escola executa o controle social. A partir das discussões do grupo, referido anteriormente, o autor se convence de que para vencer o autoritarismo presente na escola o caminho está em estabelecer uma relação autêntica de reciprocidade entres os sujeitos do conhecimento.

“Educar pra quê? Superando o autoritarismo e o liberalismo pedagógico” é o título do terceiro capítulo, Fleuri (2001) traz sua primeira experiência docente com uma proposta de educação libertadora, com planejamento, objetivo, metodologia e avaliação realizadas em grupo. Tal experiência foi geradora de conflitos com aqueles/as que divergiam da proposta, da mesma forma o autor salienta que de nenhum modo foram utilizados instrumentos coercitivos e/ou de controle com parte do grupo que não concordava com sua a proposta de encaminhamento das aulas. Dito isto, Fleuri (2001) aponta três expectativas de educação: “autoritária”, “liberal” e “libertadora”, com essas três expectativas o autor nos faz perguntas intrigantes para questionar o processo de fazer pedagógico: *Quem toma as decisões que determinam o rumo do processo pedagógico?; Educar pra quê? e Como educar?* Para pensar as estratégias de desenvolvimento dos conteúdos o autor lança a pergunta “Conhecer o quê?”, fazendo-nos refletir o que consideramos conhecimento enquanto docentes, e finaliza o capítulo fazendo questões acerca dos critérios de avaliação pedagógica, uma vez que entende que é a partir da avaliação que o processo pedagógico estabelece continuidade.

“Normas pra quê? Interpretação utópica da ordem estabelecida” dá nome ao capítulo quatro, neste momento o autor vai dialogar com as normas de um regimento estabelecidas

para o ciclo básico da escola, para tanto utiliza-se dos seguintes pontos: o currículo, as classes, a avaliação, a recuperação e a promoção. Utilizando de linguagem irônica Fleuri (2001) reinterpreta todos os pontos do regimento por meio das expectativas educacionais mencionadas no capítulo anterior. De acordo com o autor, o regimento segundo a prática *autoritária* tem por objetivo formar para a submissão, logo dos os pontos do regimento serão desempenhados para a formação do sujeito nessa linha de pensamento. O mesmo regimento lido por uma prática *liberal* será totalmente diferente, pois entende o Homem e a Mulher enquanto indivíduos do conhecimento prezando pela autonomia destes. Ainda que com avanços significativos a prática liberal preza pelo indivíduo, não sendo eficaz para diagnosticar causas de opressão, nesse sentido o autor defende que somente uma proposta crítica de educação seria capaz de fundamentar uma educação *libertadora*. Nesse caminho, o regimento lido por uma prática educacional libertadora tende a se construir no coletivo e na prática de grupos. Para finalizar o capítulo quatro o autor faz uma breve discussão sobre utopias afirmando que é através desta que conseguiremos resistir as opressões estabelecidas pelos/as “donos do poder”.

Seguindo a linha das opressões o autor discute, no capítulo “Nota pra quê? Saber e poder na relação professor-aluno”, a avaliação e a nota como processos de aprendizagem em que a primeira é vista como mecanismo de controle para saber se os objetivos foram atingidos. Para exemplificar, o autor discute as arbitrariedades de atribuir uma nota ao processo de aprendizagem de alguém, pois quem avalia jamais será neutro. Para tanto, Fleuri (2001) lança cinco fatores de indefinição do ato de avaliar: 1. Correspondência entre codificação e o resultado da avaliação; 2. Toda avaliação é mediatizada por certos instrumentos; 3. Os objetivos a serem avaliados tem amplitude e complexidade; 4. A insegurança e a tensão dos sujeitos que estão

sendo avaliados como impeditivo de mostrar o que sabem; 5. A situação do avaliador perante o avaliado é determinante no resultado final.

Por entender que o/a professor/a que avalia é o mesmo/a que planeja e ensina, o autor afirma que o saber na instituição escola é falsificado, pois é estabelecido por relações de poder que limitam o diálogo crítico com as realidades. Respondendo a pergunta feita no título deste capítulo o autor defende a importância da avaliação desde que esta se constitua da análise dos processos pedagógicos na sua completude e não apenas nos resultados finais apresentados. No último capítulo, Fleuri (2001) deixa uma reflexão partindo da ideia de que a escola é regida pelo Estado e pelas classes dominantes e que, portanto, a fragmentação dos conteúdos é uma estratégia para desarticular as classes populares. No entanto, o autor pensa além e afirma que existem possibilidades de resistência, apesar da utopia, e que as experiências relatadas podem ser revolucionárias diante das contrariedades da escola.

Podemos concluir que embora os escritos de Fleuri (2001) tenham sejam do século XX, a contemporaneidade deste fazem jus a quantidade de reedições. É uma obra regada pela prática docente que a todo momento se auto avalia, Fleuri (2001) nos permite repensar os modos coloniais em que a escola opera fazendo-nos refletir as práticas docentes ditas consolidadas. Além disso, **Educar para quê?** Contra o autoritarismo da relação pedagógica na escola transborda metodologicamente em referências às classes populares enriquecendo ainda mais a capacidade reflexiva proporcionada pela obra.